



PLATAFORMA DAS MULHERES DA FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA EM DEFESA DA DEMOCRACIA, PELA VIDAS DAS MULHERES POR UM BRASIL E UM DF SEM FOME E VIOLÊNCIA

Em 2022 teremos a mais desafiadora eleição da história recente do Brasil e a pré-candidatura do presidente Lula representa a esperança que o povo brasileiro tem de dias melhores em nosso país. No âmbito do DF, temos o grande desafio de fortalecer a pré-candidatura de Lula, garantindo um resultado vitorioso também para nossa chapa majoritária ao Governo e Senado, bem como para nossas chapas a Federal e Distrital.

Nesse sentido, a vitória da Lei 14.208/21 que instituiu as federações de partidos políticos foi um grande avanço, não só para a unir partidos com perfil ideológico próximo, mas também para garantir a permanência de representações ideologicamente diversas no Congresso Nacional e, ao mesmo tempo, proporcionar a redução da fragmentação partidária, tão importante para fortalecer o Estado Democrático de Direito.

Em meio a uma crise política e institucional, com escândalos de corrupção, com ataques rotineiros à democracia por parte do ocupante do Planalto, que demonstra abertamente seu ideal fascista e ultraconservador, a classe trabalhadora vivencia e resiste ao projeto de morte implantado, com o desmonte do estado democrático e das políticas públicas, que levou à perda de direitos históricos por meio de reformas que beneficiam a elite, a exemplo da reforma trabalhista, além da redução drástica dos investimentos em áreas essenciais como saúde, educação, segurança pública, dentre outras.

Num quadro de pandemia que se prolonga, esse governo negacionista não investe e desvaloriza o SUS, demorou na compra da vacina e vem tratando de forma debochada as centenas de milhares de mortes, ocorridas inclusive por falta de oxigênio e leitos em hospitais. Com a crise sanitária, aprofundou-se a crise econômica, que trouxe o país de volta para o mapa da fome, somado a um quadro de abandono da assistência social e ausência do Estado na promoção de políticas sociais adequadas.

Nesse cenário, ainda sofremos com a legalização da devastação da nossa fauna e flora em prol do agronegócio, madeireiras e mineradoras, além do aprofundamento do genocídio das populações originárias e do campo. Ao mesmo tempo, Bolsonaro estimula a violência, libera o porte de armas e contribui para aumentar ainda mais os índices de violência contra os cidadãos de um modo geral, e em especial contra as mulheres, cujas vidas são consumidas em razão da cultura patriarcal, no país que ocupa o 5º lugar entre os países que mais matam mulheres e o 1º lugar entre os países que mais assassinam mulheres trans.

No DF, vivenciamos, igualmente, o aumento do desemprego e da fome e o descaso do Governo Ibaneis com o desespero da população. Ao mesmo tempo, Ibaneis privatizou a Companhia de Energia de Brasília (CEB), terceirizou a saúde pública – com a implementação do IGES-DF – e está militarizando gradativamente as escolas, aumentando a repressão do Estado contra a juventude da periferia, composta na sua maioria de negras e negros.

Nós, mulheres, maioria no trabalho precarizado e entre os desempregados, no DF, como no país, somos as que mais sofremos com os retrocessos das políticas sociais adotadas no governo Bolsonaro, como o aumento do desemprego, da carestia, da fome e da violência. Com o desmonte das políticas para as mulheres e de combate ao racismo, somos as mais atingidas pelo projeto de morte em curso, principalmente as mulheres negras e das periferias, pois são, na sua maioria, as principais responsáveis por colocar comida no prato e pagar as contas, além de serem as responsáveis pelo trabalho doméstico e pelos cuidados com as crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência e doentes.

Além disso, cotidianamente sofremos na pele a crueldade da violência doméstica. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do DF, em 2021, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 14 dias e outras 45 foram vítimas de violência doméstica a cada 24 horas, situação que também afeta com mais força as mulheres negras. Segundo pesquisa do Ministério Público do DF (2021), entre 2016 e 2017, estas representaram 77% das vítimas de feminicídio no DF. Em 2022, a situação no DF continua preocupante.

Com o aumento do desemprego, da carestia e da fome, assim como, com o desmonte dos equipamentos públicos e ineficiência da Secretaria de Estado da Mulher/DF no enfrentamento às violências contra as mulheres, sem a necessária oferta de oportunidades que lhes garantam a autonomia econômica, a situação das mulheres no Distrito Federal está cada dia mais difícil e requer priorização em um governo progressista. Por esse e outros fatores, é essencial que a chapa formada pela Federação em questão seja condizente com o debate público que o campo progressista vem fazendo há décadas sobre o protagonismo das mulheres na política para transformar nossa realidade.

Por isso, nós mulheres presentes neste ato, do PT, PCdoB e PV, que compõe a **Federação Brasil da Esperança no DF**, compreendendo o importante papel que as mulheres têm desempenhado na luta por um país justo, livre, soberano e democrático, apresentamos convidando a sociedade do Distrito Federal a se somar a nós, as nossas propostas reunidas nesta Plataforma, as quais farão parte do Plano do governo da Federação Brasil da Esperança no DF:

1. Mais emprego, mais investimento nas políticas de saúde, mais investimentos nas políticas de segurança pública, pela vida das mulheres, chega de violência;
2. Fomentar o investimento na Secretaria de Estado da Mulher, bem como, ampliar e trabalhar de forma transversal a realidade das mulheres do DF;
3. Fortalecimento do trabalho da CODEPLAN, visando um conhecimento ainda mais aprofundado sobre a realidade de todas as mulheres do DF, fundamental para a formulação e estabelecimento de políticas públicas para elas;
4. Promover políticas públicas qualificadas e humanizadas que garantam os direitos sexuais, os direitos reprodutivos e a saúde integral das mulheres, inclusive a saúde mental, com foco na prevenção, além do cumprimento da Lei da Dignidade Menstrual.
5. Retomar a Carreta da Mulher, com mais investimentos em estrutura e pessoal, com a finalidade ampliar o acesso das mulheres à saúde, em especial, as mulheres rurais;
6. Retomar o trabalho em redes, nas mais diversas áreas de atuação das mulheres (mulher cidadã, mulher artesã, mulher com HIV, mulher com câncer de mama, etc), integrado com as outras áreas;
7. Fortalecer e ampliar a Rede de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres, com:
 - ✓ Criação de campanhas de conscientização e prevenção às violências contra as mulheres;
 - ✓ Promoção de campanhas educativas que combatam o machismo, racismo, o capacitismo, o etarismo e a LGBTQIA+fobia;
 - ✓ Reabertura integral dos serviços da Casa da Mulher Brasileira em Ceilândia e priorização da construção e funcionamento das outras quatro casas: no Recanto das Emas, Sobradinho II, Sol Nascente e São Sebastião;
 - ✓ Ampliação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs);
 - ✓ Ampliação dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAMs);
 - ✓ Ampliação dos Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVDs);

- ✓ Criação de redes de proteção às mulheres rurais, indígenas e quilombolas em situação de violências;
- ✓ Capacitação das/os profissionais da rede de atendimento às mulheres com o objetivo de combater a revitimização e a violência institucional;
- ✓ Ampliação e divulgação dos canais de denúncia de violência contra a mulher

8.Promover autonomia econômica com equidade no mercado de trabalho e autonomia econômica das mulheres, por meio de parcerias com órgãos e instituições, ampliação de cursos de qualificação e capacitação profissional, inclusive em áreas tradicionalmente masculinas, considerando mulheres do campo e da cidade;

9.Ampliar os espaços para discutir a questão de gênero com a comunidade e garantir um módulo sobre as questões de gênero em todos os cursos de capacitação das mulheres, assim como de capacitação das e dos profissionais no atendimento às mulheres;

10.Aumentar recursos do programa de concessão de crédito PROSPERA, que é orientado pela Secretaria de Trabalho, para as mulheres do campo e da cidade, pois elas são as que mais recorrem ao programa;

11.Garantir a justiça reprodutiva e a autonomia das mulheres sobre seu corpo;

12.Garantir o acesso ao transporte público seguro e inteligente;

13.Garantir recursos para o fomento de produções artísticas e culturais desenvolvidas por mulheres, criando programa específico orientado pela Secretaria de Cultura;

14.Promover e trabalhar a transversalidade das políticas públicas no atendimento da população LGBTQIA+ e da população negra e mulheres com deficiência;

15.Promover a educação inclusiva, não sexista, não racista, não capacitista e não LGBTQIA+fóbica nas escolas do DF;

15.Incentivar a inclusão de meninas, adolescentes e mulheres no esporte.